

Durante os anos em que os Angolanos sofreram as agruras da guerra civil, o Governo dirigido pelo MPLA sempre atribuiu a outras entidades as razões para o conflito: ao imperialismo americano e aos racistas sul-africanos, no quadro da Guerra Fria; ao mau perder e à ambição de Savimbi, depois de 1992. Ou seja, o Governo ao longo deste tempo eximiu-se de quaisquer responsabilidades no conflito e, com base na guerra, também do modo como geria o país. Não é pois de surpreender que as reacções à morte de Savimbi, por parte da população, tenham sido no sentido do «agora vamos ver»!

O cessar-fogo consagrado pela assinatura do *Memorando de Entendimento*, a 4 de Abril, em Luanda, na sequência da morte do líder da UNITA, estabeleceu mais uma oportunidade para a paz em Angola. Desta vez, as expectativas em torno deste processo são maiores e baseiam-se no facto de que com a morte de Savimbi desaparece também o último pretexto do Governo para a guerra em grande parte do território angolano e, ao mesmo tempo, o amplo guarda-chuva sob o qual tudo era permitido. Está aberta uma porta, iniciou-se uma caminhada. Resta o conflito em Cabinda e sobre este pouco ou nada se tem dito. É claro que não haverá paz total enquanto tal conflito se mantiver.

### **Um país adiado pela guerra**

Ao logo destes cerca de 30 anos de guerra civil, o Governo empenhou-se, e empenhou o país, num único objectivo: manter o controlo do Poder. Com este objectivo, a exploração de recursos naturais como o petróleo e os diamantes cresceu desenfreadamente; foram utilizadas avultadas somas na aquisição dos meios militares, no *lobbying* junto de governos influentes, na corrupção e na manutenção de clientelas. Enquanto isso, para a maioria da população restava a degradação das condições de vida, a ausência de desenvolvimento económico e social, evidenciada pelo empobrecimento crescente. Cerca de quatro milhões de refugiados, dos quais um milhão está totalmente dependente da ajuda internacional, milhões de minas plantadas, milhares de estropiados são alguns dos números de que se faz o balanço da tragédia angolana.

Angola, apesar dos inúmeros recursos e potencialidades que possui, está hoje entre os países com os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Esta realidade permite ter uma ideia do quão desiguais são actualmente as condições de vida no país; como reflexo dessas desigualdades, há um autêntico exército de cidadãos marginalizados e excluídos.

Com o calar das armas e o acantonamento e desmobilização do exército da UNITA, coloca-se um novo desafio ao Governo: desmobilizar o exército de excluídos que a guerra e a má governação produziram; da forma como se partir para a resolução deste problema depende muito a consolidação do processo de pacificação e reconciliação. A consolidação da paz dependerá da capacidade de construir a confiança necessária entre os cidadãos – particularmente daqueles que se haviam colocado do outro lado da trincheira –, a fim de se erradicarem os factores de guerra, os factores de instabilidade.

O Governo estabeleceu como prioridade, para a resolução do conflito, a conclusão daquilo a que chamou a agenda militar, ou seja, as questões relativas ao desarmamento da UNITA. Ora, no quadro estabelecido em Lusaca, as questões militares incluíam o desarmamento da população civil.

A agenda militar, ao colocar a tónica no desarmamento da UNITA, não pode deixar de incluir a necessária desmobilização dos exércitos mais ou menos privados, como a defesa civil, que entretanto se foram constituindo sob o guarda-chuva do Governo.

### **Para além da agenda militar**

Cumprida a agenda militar, o que se seguirá? Existem outras agendas? Como poderá mobilizar-se o saber e o querer dos Angolanos para os novos/velhos desafios que se colocam ao país?

Assim, além da agenda militar, é imperioso o estabelecimento das agendas política, económica e social. Para o estabelecimento dessas agendas importará mobilizar a nação através do diálogo com todas as forças políticas, igrejas e organizações da sociedade civil. Esse diálogo implica a adopção de métodos de governação assentes na transparência da gestão da

coisa pública, adopção de medidas de combate à corrupção, a subordinação do interesse particular e privado ao interesse público, a credibilização, despartidarização e independência das instituições do Estado. É evidente que, independentemente das diversas cortinas de fumo que foram sendo utilizadas para justificar a guerra, factores internos, como a exclusão social, a exclusão económica e a exclusão política, foram importantes para a manutenção das tensões internas e para a mobilização da rebelião.

A mobilização das diversas forças vivas da nação, sem qualquer reserva, para o estabelecimento das diversas agendas, num quadro de total abertura, seria também um exercício de reconciliação entre os Angolanos. Os longos anos de governação do MPLA caracterizaram-se por uma postura de arrogância, do «quero, posso e mando». E apesar do pluralismo estabelecido na sequência dos Acordos de Bicesse, essa tónica não foi abandonada, antes reforçada com o argumento da maioria eleitoral. Daí os atropelos permanentes ao quadro constitucional vigente, que não poucas vezes chegaram ao nível do simples anular ou ignorar da Constituição: o envolvimento militar de Angola nos conflitos congolese, a auto-atribuição de poderes especiais pelo Presidente da República, a suspensão do cargo de primeiro-ministro são apenas alguns dos exemplos.

É preciso pôr fim à confusão e promiscuidade estabelecidas com frequência entre os órgãos do Estado e o partido que detém a maioria que suporta o Governo, que nos lembra os tempos do partido único (um exemplo dessa promiscuidade são as reuniões do Comité Central a que são chamados a reportar detentores de cargos públicos, que não integram esse órgão partidário).

O estabelecimento de um verdadeiro Estado de direito democrático assenta em instituições independentes e credíveis, garantes da legalidade, e jamais em instituições cujo funcionamento deriva do arbítrio de um partido ou de uma pessoa. Torna-se pois necessário o respeito da legalidade que emana do quadro jurídico-constitucional vigente, pondo-se fim ao quadro de excepção em que se tem vivido. Importará pois dar corpo à ossatura institucional prevista na Lei Fundamental, criando aquelas instituições que faltam e repondo as que foram suspensas, dotando essas instituições das

ferramentas, meios materiais e políticos necessários ao seu pleno funcionamento.

Ao mesmo tempo que se investe no desenvolvimento institucional, deverá investir-se também na reposição dos direitos e garantias dos cidadãos, tão caras aos Angolanos, sujeitos no seu dia-a-dia às mais diversas arbitrariedades e violências, reflectidas numa estratificação social, económica e/ou partidárias, que faz de uns mais cidadãos que outros. A ausência desses direitos é também um factor de exclusão, logo, um factor de conflitualidade.

No plano dos direitos políticos é necessário acabar com a discriminação, que permite que uns cidadãos, porque pertencem ao partido do Governo, possam manifesta-se, enquanto a outros são sistematicamente colocados obstáculos pseudolegais.

Garantir o igual acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação social públicos, garantir e proteger as condições para o exercício da liberdade de imprensa, eliminando a tentação da censura, são desafios que se colocam hoje e não podem ser adiados.

O estabelecimento de condições para a reposição da legalidade democrática deve reflectir-se no empenho para o cumprimento dos ciclos eleitorais, devendo ser criado o órgão responsável pela preparação e realização de eleições, para que com a devida antecedência sejam tomadas as medidas capazes de garantir a máxima transparência, eliminando ou reduzindo os factores de contestação.

Em democracia, as maiorias são efémeras e jamais deverão permitir a subversão do contrato político entre os cidadãos e consagrado na Lei Fundamental, a Constituição.

### **Apostar no desenvolvimento**

A par das acções no plano político e institucional, torna-se urgente o lançamento das bases de um programa de desenvolvimento sustentado, capaz de proporcionar às populações melhores condições de vida, promovendo o desenvolvimento do bem-estar, garantindo as necessidades

básicas mínimas, o acesso à saúde, à educação, aos serviços básicos, tais como, água potável, saneamento e habitação condigna.

Para tal, uma vez terminada a guerra e eliminados os riscos de retorno às armas, deverão ser mobilizados os recursos necessários, quer humanos quer financeiros, para a batalha do desenvolvimento. A aposta no desenvolvimento económico e social é e será sempre a melhor aposta para a construção e consolidação da paz, na medida em que, a serem bem sucedidas, as políticas económicas e sociais permitirão a protecção dos despojados, reduzindo a exclusão e eliminando desse modo um dos campos propícios à mobilização para a subversão.

Ora, se a mobilização dos recursos financeiros pode resultar de uma melhor gestão e direcção dos resultados da exploração dos recursos naturais, a mobilização dos recursos humanos, passa pela adopção de políticas que ponham fim à discriminação política e partidária no recrutamento de quadros, assumindo, aceitando e promovendo esse pluralismo e diversidade. O acesso a um emprego digno e consentâneo com a formação e competência adquiridas não deve depender do cartão partidário. Só assim se mobilizam os quadros e se combate a promoção de clientelas, com o rasto de males associados...

A reconstrução do país, tão seriamente atingido nas suas estruturas básicas, é uma prioridade. Desminar, reconstruir as pontes, as estradas, os aeródromos e demais infra-estruturas será certamente dos maiores desafios que se colocam no pós-guerra. Ele é tanto maior quanto reconciliar e consolidar a nação implica garantir as condições que permitam a mobilidade, a livre circulação de pessoas e bens.

Em suma, a reconciliação entre os Angolanos deve garantir plena igualdade entre os cidadãos e tal só é possível combatendo todas as formas de exclusão, promovendo o desenvolvimento económico e social.

Caladas as armas, é preciso transformar a paz militar em paz civil, é preciso fazer de Angola um país de cidadãos de pleno direito. É preciso apostar e investir na normalização da vida política, no reforço da democracia política, económica e social. Só deste modo se poderá falar da paz definitiva com que tanto sonham os Angolanos.